

Aproximações e Conexões entre os Legados Político-Educacionais de Lúgia Farinha Almeida e Carlos Antônio Kluwe no Município de Bagé

DOI: 10.70513/posgrad-ensino-educ-16

*Taiza da Hora Fonseca
Renan Silveira Camargo
Alessandro Carvalho Bica*

Introdução

Este trabalho tem por objetivo explorar e destacar as conexões entre as trajetórias políticas de Lúgia Farinha Almeida e Carlos Antônio Kluwe, figuras notáveis na história da cidade de Bagé. A análise se baseia em duas dissertações de mestrado desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Ensino (MAE) da Universidade Federal do Pampa, e pesquisadas no contexto do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA). São elas: "O Processo de Implantação do Colégio Estadual de Bagé (1950-1955)" de Renan Silveira Camargo e "Lúgia Farinha Almeida - Feminismo, Educação e Resistência na Rainha da Fronteira (1947-1955)" de Taiza da Hora Fonseca. Os egressos dedicaram-se a investigar o impacto e a relevância dessas duas figuras no cenário educacional e social de Bagé, ressaltando suas contribuições visionárias e pioneiras para a educação local.

Lúgia Almeida e Carlos Kluwe destacaram-se em um período de transição significativa no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, durante a passagem do Estado Novo de Getúlio Vargas para a redemocratização. Esse período crucial foi marcado por profundas mudanças políticas e sociais que proporcionaram novas oportunidades para lideranças locais (Veiga, 2008). Kluwe foi o primeiro prefeito eleito após a democratização. Lúgia, a primeira mulher eleita vereadora em Bagé. Embora suas afiliações partidárias fossem distintas — Lúgia estava ligada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Carlos ao Partido Social Democrático (PSD) — ambos compartilharam a visão de que a educação era fundamental para o desenvolvimento social e econômico.

Durante as décadas de 1940 e 1950, o cenário político-educacional em Bagé refletia a estrutura social excludente que predominava no Brasil, marcada por uma educação acessível apenas às elites e fortemente influenciada por interesses oligárquicos. Crianças de famílias vulneráveis enfrentavam barreiras como mensalidades altas, ausência de alimentação escolar e a precariedade da infraestrutura pública. Nesse contexto, tanto Lígia Farinha Almeida quanto Carlos Kluwe se destacaram como vozes dissidentes, propondo políticas que buscavam democratizar o acesso à educação e romper com o caráter elitista do ensino. Suas iniciativas desafiavam a lógica excludente, como evidenciado pela criação do Ginásio Municipal gratuito por Kluwe e os projetos legislativos de Lígia, voltados para a inclusão social e educacional das camadas mais pobres (Camargo, 2024; Fonseca, 2024).

Lígia Farinha Almeida foi a vereadora mais votada de sua legenda em 1947, um marco significativo no avanço da participação feminina na política, especialmente se considerar o caráter latifundiário e patriarcal que eram marcas da sociedade bajeense (Souza, 1991). A trajetória de Lígia é caracterizada principalmente pela defesa incansável dos direitos das mulheres e da educação pública de qualidade. Não só propôs e defendeu projetos de lei focados na melhoria das condições sociais das mulheres e das classes menos favorecidas, como também propunha projetos ligados à educação (Fonseca, 2024).

Carlos Kluwe governou Bagé na década de 1950 e é lembrado como um grande defensor da educação pública. A dissertação de Camargo (2024) revela que o prefeito foi o principal responsável pela criação do Ginásio Municipal de Bagé, que logo se tornou Ginásio Estadual e posteriormente Colégio Estadual de Bagé, a primeira instituição de ensino secundário gratuito na cidade, e que posteriormente passou a levar o seu nome, que carrega até hoje: “Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Antônio Kluwe”. O movimento pela existência desta instituição pública foi marcado por uma mobilização significativa da sociedade civil e por parcerias estratégicas que permitiram a democratização do nível secundário de ensino na cidade (Camargo, 2024).

A relação entre Lígia e Carlos é reforçada pelas propostas legislativas que frequentemente eram enviadas para apreciação do prefeito. Em uma dessas ocasiões, por exemplo, em uma carta, a vereadora faz cobranças sobre o andamento de um desses projetos, ao mesmo tempo em que relembra a amizade de infância que mantinham (Fonseca, 2024). Ela, por vezes, reconhecia a importância de Kluwe como um benemérito e visionário na promoção da educação e da assistência às crianças, embora, em outras ocasiões, utilizasse esse fato para introduzir uma crítica ou cobrança política.

Em 1949, três projetos de lei de Lígia Farinha Almeida foram apreciados e aprovados pelo prefeito Carlos Kluwe. Esses projetos foram: a Lei Municipal nº 81/49, que regulamentava a concessão de matrículas gratuitas para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica em instituições escolares do município; a Lei Municipal nº 16/49-2, que estabelecia normas para a admissão de professores no magistério primário municipal, incidindo diretamente na defesa da contratação de profissionais qualificados para ocupar o cargo de instrutor(a) escolar, o que contrariava os ideários do notório saber, amplamente difundidos na época. Em seguida, foi sancionado o projeto de lei nº 16, de 29 de novembro de 1949, de autoria de Lígia Farinha Almeida, assinado e publicado pelo prefeito Carlos Kluwe:

Em regulamento enviado para o prefeito Dr. Carlos Kluwe, após o projeto de lei ser sancionado com unanimidade na Câmara de Vereadores, Lígia Farinha descreve detalhadamente a aplicação da Lei nº 16/49, que dispunha sobre a concessão de matrículas gratuitas para jovens de baixa renda. Esse projeto demonstrava o alinhamento de suas preocupações sociais com a gestão municipal, na busca por maior equidade no acesso à educação. O prefeito sancionou a lei, permitindo que 325 matrículas gratuitas fossem oferecidas anualmente em instituições de ensino da cidade, como o Ginásio Espírito Santo e o Ginásio Perseverança (Fonseca, 2024).

Kluwe também é lembrado pelo apoio a projetos legislativos que promoviam a inclusão social e educacional. Lígia Farinha Almeida, em um de seus discursos, agradeceu publicamente a Kluwe por sancionar uma de suas propostas mais significativas: a “Lei nº 17/49-2 da Sopa Escolar”, que visava proporcionar alimentação gratuita para crianças carentes nas escolas de Bagé (Fonseca, 2024). Embora esse projeto tenha gerado um certo mal-estar entre ambos, devido a um impasse orçamentário alegado pelo prefeito, esse tipo de colaboração entre as esferas legislativa e executiva da cidade era relativamente comum e refletia o grau de sinergia e comprometimento de ambos os políticos com o bem-estar da população local.

Em 1949, ocorreu o Congresso Regional da 2ª zona, encontro este que reuniu vereadores de Lavras do Sul, Livramento, Caçapava, Rosário do Sul, São Gabriel e Cacequi. Na ocasião, Lígia Farinha Almeida fez a leitura de uma carta pedagógica redigida para questionar os entraves de seu projeto de Lei “Sopa Escolar” após ele ter sido sancionado e aprovado por Carlos Kluwe, como podemos observar no trecho a seguir destacado do documento:

O Projeto de Lei de minha autoria foi aprovado pela Câmara e enviado ao Dr. Carlos Kluwe, que sancionou e promulgou, conforme é do conhecimento de todos.

Em mensagem, enviada a esta Casa, relativa à demonstração administrativa de 1949, o Sr. Prefeito do Município, Carlos Kluwe, referindo-se aos projetos de Lei sancionados e promulgados, assim se manifesta:

"Colaborando com o culto e honrado Poder Legislativo, não vetamos uma sequer as suas leis, que foram todas sancionadas, porque julgamos que os Srs. Vereadores, representantes diretos do povo, têm discernimento suficiente e arraigado espírito ao patriotismo para legislar, exclusivamente, em proveito da coletividade."

Esta declaração espontânea ao Dr. Prefeito atesta que Sr. Exts não teve dificuldade nenhuma em aprovar a lei de minha autoria.

Vêio, agora, o Sr. Vereador, autor do pedido de revogação a Lei da SOPA ESCOLAR, ameaçando torná-la sem eleito, sob a alegação de que ao Município faltam elementos materiais para o cumprimento da Lei. Em primeiro lugar, devemos manifestar profunda estranheza pela atitude ao ilustre Vereador Protásio Rosa Fagundes, tentando revogar uma lei, aprovada pela unanimidade da Câmara, sancionada e promulgada pelo Sr. Prefeito Municipal e, sob o ponto de vista público, considerada de profundo interesse social e humano.

Não quero acreditar que Carlos Kluwe, amigo de infância, médico e benemérito criador da escola SABER, tenha a coragem de aceitar a triste deliberação da maioria desta Casa, revendo a Lei que criou a SOPA ESCOLAR. Sabemos que em sua propaganda política, o Senhor Excelentíssimo, o Prefeito de hoje, traçou as linhas mestras ao seu pensamento sobre a educação das crianças e a assistência às mesmas.

Se o Município está com seus cofres depauperados, não é com a revogação pura e simples dessa lei, que irá revigorá-los. Unir-se-ia a uma dificuldade financeira presente, um atentado à infância pobre da cidade que acreditou, ingenuamente, nos seus mandatários.

Porque não foi procurado, junto ao autor da lei, um entendimento justo e humanitário? Por que não foi procurada uma solução que agradasse, não ao autor da Lei, mas ao interesse da juventude pobre, tantas vezes acalmada neste Legislativo.

Em nome das crianças pobres, alunos das escolas municipais, lanço um derradeiro apêlo à maioria desta Câmara para que, com consciência, não cometa esse atentado aos humildes e desprotegidos, - revogando a Lei da SOPA ESCOLAR - para que não vá contra os direitos dessa infância pobre, que não tem pais abastados, mas que representa na sua maioria expressiva, os filhos dos humildes trabalhadores, aos paupérrimos operários das nossas vilas e arrebalde (Almeida, 1949, p. 2-3, grifos nossos)

Podemos observar, a partir do relato acima, a proximidade dos ideários políticos de Lígia Farinha Almeida e Carlos Kluwe, bem como o mútuo respeito que tinham um pelo outro em razão de suas trajetórias em defesa da educação. Isso porque ambos refletiam, de forma pioneira, sobre os dilemas enfrentados pela educação bajeense, propondo melhorias para a área.

Apenas um ano após o congresso, em 1950, eclodiram as discussões sobre o ensino gratuito em Bagé, com Carlos Kluwe sendo um dos principais mobilizadores dessa pauta. O descontentamento com a exclusão de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica das escolas e o alto custo para permanência nas instituições escolares particulares passou a tomar espaço em discussões nas páginas dos jornais. No que diz respeito às críticas tecidas aos problemas que dificultavam o acesso

ao ensino em Bagé, seriam “taxas de ensino elevadas, livros caríssimos, uma complicada burocracia para inscrição e finalmente, para o embaraçar, a exigência de atestados médicos, com firmas reconhecidas em cartório, inoportunos e inadequados” (Correio do Sul, 1950, p. 3).

Foi então, em 1951, que o prefeito Carlos Kluwe apresentou o projeto de lei para instituir o primeiro Ginásio Municipal totalmente gratuito da cidade, projeto que foi aprovado como Lei Municipal nº 153, de 11 de junho do mesmo ano, criando o Ginásio Municipal (Camargo, 2024).

A matéria encontrada no Jornal Correio do Sul, assinada pelo arcediogo de Bagé, Veneravel Antonio Guedes, relatando os indícios prévios da intenção do prefeito Carlos Kluwe em criar o Ginásio gratuito, em sua íntegra, diz:

Corria o ano de 1942. Necessitando de falar ao Dr. Carlos Kluwe, apresentei-me a ele e começou ali uma amizade que o tempo fortaleceu e solidificou. Naquela memorável palestra, conversaram como iguais o médico humanitário, culto e experimentado e o jovem pastor de almas, recém saído dos bancos academicos, cheios de entusiasmo e desejo de ser útil. E Carlos Kluwe me disse: "Moço, você tem de me ajudar a fundar um ginásio gratuito em Bagé". Comprometi-me em ajudá-lo. A ideia era sublime!

Outros homens de boa vontade como Ernani Romêro, Heraldo Duarte, dr. Naziazeno d'Almeida, etc., agitaram as águas em torno do nobre ideal. De nossa parte jamais o olvidamos.

Carlos Kluwe é levado á [ilegível] municipal. E aí redobra de esforços afim de dar a Bagé o estabelecimento de ensino que a juventude pobre e estudiosa necessita - Um Ginásio Municipal Gratuito. Longas horas de estudo e de meditação dispense o ilustre edil 10.

O caminho mais lógico seria a municipalização e gratuidade de um Ginásio já existente. Lembra-se o Ginásio Perseverança, da provéta educacionista d. Melanie Granier. Kluwe e a comissão que o auxilia entram em entendimento cam a professora Melanie Granier. Troca-se correspondencia. Acertam-se providencias junto ao Ministerio de Educação. Os meios populares agitam-se. Na hora, porém de assinar os termos finais de acordo, surgem algumas dificuldades que impedem o Prefeito - de realizar seu mais nobre gesto, entre os muitos que tem tido como chefe da comuna.

Carlos Kluwe, porém, não desanima. Continua, persevera, batalha, luta e vai vencer. A Municipalidade vai criar o GINASIO GRATUITO, por que é uma necessidade urgente, urgentissima.

Como se depreende de duas publicações feitas neste jornal, uma do sr. Cibico Ferreira e outra da Direção de um dos Ginasios locais, é urgente a criação de outro ginásio, mixto, onde rapazes que não podem continuar seus estudos naquele educandario, tenham oportunidade de instruir-se.

E o povo, esse povo é sempre quem mais sofre, há de ver concretizado um sonho de muitos homens de boa vontade - ensino secundario gratuito.

Aplaudimos Carlos Kluwe, como o estão fazendo dezenas de patricios nossos, especialmente a juventude pobre que vê na atitude do Prefeito a sua grande oportunidade.

O valor do ginásio não o veremos hoje, mas daqui a alguns anos, quando os seus alunos, guindados a posições elevadas, se recordarem de que foi no Ginásio Municipal que se prepararam para a luta.

E não seria demasiado cedo que lembrássemos ao nosso povo e a juventude que o estabelecimento a ser criado tivesse o nome do seu grande idealizador.

Avante, pois, cooperemos todos para a criação do Ginásio Municipal Doutor Carlos Kluwe (Correio Do Sul, 04 de março de 1951, p. 3).

A proposta de democratização do ensino, do acesso e da permanência de jovens pobres ao ensino era uma demanda amplamente aceita pela sociedade bajeense. Sendo o discurso de Venerável Antonio Guedes, líder religioso, um exemplo do caráter popular da iniciativa, incentivada e discutida por toda população, voz essa cada vez mais ativa nas páginas dos jornais.

Ao refletir sobre o percurso histórico de criação do Colégio Estadual Dr. Carlos Kluwe de Bagé, concluiu-se que essa instituição foi um símbolo de transformação social, marco da mudança na história da educação do município de Bagé, apresentando à sociedade os desafios e potencialidades da educação pública. Em homenagem recebida no 'Estadual', Kluwe reafirmou sua missão pessoal de viabilizar essas melhores condições e fez a seguinte declaração: ‘Foi se criando em mim um compromisso tácito — o de, se algum dia for alguma coisa na vida, não esquecer em nenhum momento daqueles que veem o trem passar, o auto correr, desaparecer ao longe, conduzindo seus colegas para os estudos, sem poder imitá-los’ (Rodrigues; Pasinato, 1979, p. 16).

Percebemos, portanto, o grande interesse visionário de Lígia Farinha Almeida e Carlos Kluwe, ambos comprometidos com a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos. Utilizando o poder que lhes foi conferido pela sociedade enquanto políticos eleitos para propor transformações sociais que viriam a ser amplamente reconhecidas e difundidas décadas depois.

Caminhos teóricos-metodológicos

Em razão de serem duas dissertações de Mestrado alicerçadas nos pressupostos da História da Educação, os caminhos teórico-metodológicos também estiveram, de certa forma, entrelaçados. Os trabalhos foram desenvolvidos sob a ótica dos procedimentos da análise documental, utilizando este pressuposto teórico como um ‘instrumento de reconstituição da memória’ (Pimentel, 2001, p. 7). Assim, configurando duas pesquisas fundamentadas na pesquisa documental, descritiva e de análise qualitativa.

Para Bica (2013, p. 22) os estudos em História da Educação surgem enquanto uma

[...] necessidade de uma renovação teórico-metodológica, temos por base que estes trabalhos pretendam dar voz aos esquecidos, aos atores envolvidos, nos processos educativos, ao cotidiano escolar, aos aspectos da cultura escolar, bem como enfatizar uma visão mais profunda dos espaços sociais, materiais, culturais e políticos que constituíram a história da educação (Bica, 2013, p. 22).

Nesse sentido, as duas pesquisas tiveram o compromisso de rememorar as histórias de figuras importantes e influentes para a transformação da educação e da política na cidade de Bagé. No entanto, destacamos o distinto lugar social ocupado por essas duas figuras. Enquanto Carlos Kluwe foi um renomado médico, político e jogador de futebol, amplamente homenageado e reconhecido por sua trajetória política, Lígia Farinha Almeida caiu em certo esquecimento, pois até o ano de 2021 não havia nenhuma pesquisa acadêmica ou informal sobre sua trajetória. Assim, reconhecemos que o documento, por si só, não reconstitui a história, mas, sim, sob a ótica do pesquisador e de seu corpus empírico de análise, é que se torna possível pensar criticamente sobre o contexto histórico-social (Fonseca, 2024).

Deste modo, foram elegidas técnicas que possibilitaram o acesso e análise a tais materialidades históricas, como a chamada "garimpagem documental" (Pimentel, 2001), considerada enquanto um processo de articulação entre o presente e o passado. Tal estratégia de coleta de dados esteve alinhada com a pesquisa de campo, na qual ambos pesquisadores definiram os locais a serem visitados para a investigação dos documentos, sua identificação, leitura, fotografia, sistematização e análise dos documentos históricos encontrados.

De antemão, foi fundamental definir quais seriam as fontes históricas elegíveis para tais pesquisas, assim, foram investigadas as fontes escritas como documentos, livros e projetos de leis (propostos, revogados, aprovados e promulgados), fontes gráficas como fotografias e quadros, fontes orais e a fonte dos jornais. Concordando com a noção de documento de Souza e Giacomoni:

Compreende-se que os documentos históricos são caracterizados pelos registros das oralidades, textos, imagens e materiais preservados por sujeitos, sociedades ou instituições, que são permeados pelas relações de poder e por intencionalidades e que necessariamente são uma construção do historiador frente a seu objeto e objetivos de pesquisa (Souza; Giacomoni, 2021, p. 140).

De tal maneira, a partir do recorte de temporalidade e espaço orientado pelos objetivos, hipóteses e problema de pesquisa, foi possível desenvolver análises críticas que

envolveram tanto a análise documental quanto a análise histórico-social do recorte temporal previamente definido. Para isso, foi necessário investigar o contexto histórico, social, político e educacional da cidade de Bagé do período em que Lígia Farinha Almeida e Antônio Carlos Kluwe estavam inseridos, a fim de possibilitar análises consistentes de suas atuações.

Considerações Finais

Este trabalho, então, busca dar luz às duas trajetórias, destacando a importância de suas contribuições individuais e mostrando como suas ações ajudaram a moldar a história de Bagé também de forma complementar.

Uma das principais pautas defendidas por essas duas figuras políticas foi a educação, e suas atuações foram essenciais para a transformação da concepção de democratização ao acesso à educação na cidade. Pela primeira vez, na década de 1940, uma mulher foi eleita vereadora em Bagé após a redemocratização do país e a conquista do direito ao voto pelas mulheres. Lígia Farinha Almeida introduziu, então, a discussão sobre a importância da alimentação e da merenda escolar no contexto educacional, reconhecendo que o alimento é parte fundamental do processo de aprendizagem. Enquanto Carlos Kluwe implementou a primeira escola gratuita de Bagé, acolhendo mais de 400 alunos vulneráveis oriundos de escolas particulares logo após a sua abertura e pleno funcionamento (Camargo, 2024).

Além disso, tais pesquisas visam também abrir espaço para o avanço das pesquisas sobre a História da Educação do município, especialmente ao que diz respeito a esse período histórico e a essas figuras políticas que carregam muitos simbolismos históricos. Explorar a relação entre Lígia Farinha Almeida e Carlos Kluwe é essencial para compreender melhor os processos de mudança social e política em Bagé.

Neste sentido, afirmamos que os estudos mais regionalizados e/ou localizados contribuem para o alargamento das fronteiras da História da Educação, além de demonstrar os esforços das pesquisas dos membros do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA) da Unipampa, Campus Bagé.

Referências

ALMEIDA, L. F. **Projeto de lei N° 16/49-2**. 24 de novembro de 1949. Estabelece normas para contratação de professores. Bagé, Rio Grande do Sul, 1949.

ALMEIDA, L. F. **Projeto de lei N° 17/49-2**. 24 de novembro de 1949. Institui a obrigatoriedade da sopa escolar em todas as aulas municipais. Bagé, Rio Grande do Sul, 1949.

ALMEIDA, L. F. **Projeto de lei N° 81/49**. 24 de novembro de 1949. Regula a concessão de matrículas gratuitas nas escolas municipais. Bagé, Rio Grande do Sul, 1949.

BICA, A. C. **A organização da Educação Pública Municipal no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

CAMARGO, R. S. **“Uma aspiração generalizada do nosso povo”**: O processo de implementação do Colégio Estadual de Bagé (1950-1955). 2024. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ensino (Mestrado Acadêmico em Ensino), Universidade Federal do Pampa, Bagé.

CORREIO DO SUL. **Dificuldades ao Ensino**. Bagé, 08 dez. 1950. p.3.

CORREIO DO SUL. **Ginásio Municipal Gratuito**. Bagé, 04 mar. 1951. p.3.

FONSECA, T. da H. **Lígia Farinha Almeida - Feminismo, Educação e Resistência na Rainha da Fronteira (1947-1955)**. 2024. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ensino (Mestrado Acadêmico em Ensino), Universidade Federal do Pampa, Bagé.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

RODRIGUES, E. C.; PASINATO, A. D. **Anuário Jubileu de Prata**. Bagé, 1979.

SOUZA, J. E. de; GIACOMONI, C. **Análise documental como ferramenta**. In: Cadernos CERU, Série 2, Vol. 32, n. 1, jun. 2021.

SOUZA, C. F. de. **A dicotomia regional e as formações urbanas no Rio Grande do Sul**. PROPUR/UFRGS: Porto Alegre, 1991.

VEIGA, C. G. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, 2008.